



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

INTERVENÇÃO DE ÁLVARO CUNHAL NA REUNIÃO PLENÁRIA DO COMITÉ CENTRAL REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 1975

Camaradas:

Esta reunião do Comité Central do nosso Partido tem lugar num momento político de particular gravidade. Nas últimas semanas, a revolução tem atravessado sérios perigos ainda não completamente superados.

Existem forças revolucionárias bastantes (populares e militares) para assegurar o prosseguimento do processo. O nosso Partido, outras organizações progressistas, as organizações de classe, a classe operária, os trabalhadores rurais do Sul, as massas populares, em aliança com a força revolucionária do MFA, estão fazendo corajosamente frente à ofensiva das forças reaccionárias e conservadoras, dão réplica aos avanços dos adversários da revolução, recuperam e reforçam posições.

O êxito das forças da liberdade e do progresso social exige porém uma ideia muito exacta e realista da situação, uma justa avaliação da arrumação e da correlação de forças, uma orientação que corresponda aos problemas reais, uma grande flexibilidade e maleabilidade e uma grande firmeza na defesa das posições essenciais.

Com uma justa orientação, determinação e unidade, as forças da revolução estão em condições de superar a crise actual e de assegurar o prosseguimento do processo revolucionário em direcção à construção de um regime democrático e de transformações económicas e sociais profundas abrindo caminho para o socialismo

A crise actual

A crise que a revolução portuguesa atravessa actualmente é a mais complexa e profunda verificada até hoje.

A crise atinge praticamente todos os aspectos e sectores da vida nacional.

É uma *crise política*, com uma vasta e aberta ofensiva terrorista da contra-revolução, com contradições e conflitos internos nos órgãos do poder, com dissidências nas duas componentes essenciais do processo (MFA e o movimento popular e democrático), com uma vasta e activa oposição ao processo revolucionário conduzida pelos

dirigentes do PS, pelo PPD e CDS, com um ambiente de conspiração podendo conduzir a choques armados.

É uma *crise económica*, com o agravamento dos déficits financeiros, o alargamento dos sectores em dificuldades, a perspectiva do aumento do desemprego, tudo agravado pela sabotagem económica e as pressões imperialistas e pelas hesitações, demoras e pausas na política económica.

É uma *crise social* em que as classes e as camadas intermédias que não viram ainda resolvidos pela Revolução muitos dos seus problemas se deslocam politicamente no sentido da direita.

É uma *crise militar*, em que o peso do conservantismo ainda existente no vasto corpo da oficialidade das Forças Armadas aparece a tomar posições, a sanear a esquerda, a querer abafar, a iludir, a dissolver se possível a força revolucionária, progressista, O MFA.

É uma *crise no processo da descolonização*, em que não só se amontoam dificuldades em Angola, como elas se repercutem em Portugal, pela necessidade de envio de tropas, pelos encargos financeiros, pelo retorno de milhares e milhares de portugueses com problemas reais e dificuldades de adaptação à nova situação e ao Portugal revolucionário de hoje.

Os dirigentes do PS, com a sua histeria anti-comunista e as suas alianças com a reacção, têm sobre si a pesada responsabilidade de terem aberto as portas às actividades contra-revolucionárias e terem inspirado e estimulado a acção dos bandos fascistas. No caminho do anticomunismo aberto pelo PS, a contra-revolução, mostrando a sua verdadeira cara, passou ao ataque.

O anticomunismo dirige-se primeiro e preferencialmente contra o PCP, mas visa a liquidação das liberdades, não apenas dos comunistas mas de todo o povo português. O anticomunismo é a bandeira da contra-revolução contra todas as forças revolucionárias.

Os assaltos, pilhagens, incêndios de Centros de Trabalho do PCP e de outros partidos progressistas, assim como de sindicatos, a «caça aos comunistas», as expulsões de empresas, as agressões, as tentativas de linchagem, os atentados terroristas, o saqueio de escritórios, consultórios, e residências pessoais, a destruição de haveres, mostram o banditismo fascista na sua odiosa expressão.

Em algumas localidades e regiões, a contra-revolução consegue liquidar as liberdades e instalar de facto temporariamente um poder local reaccionário. A tarefa essencial nessas localidades e regiões é restabelecer as liberdades, restabelecer a situação democrática.

Uma vez mais são os que acusam os comunistas de serem contra as liberdades que de facto as liquidam. E são os comunistas que corajosamente se erguem em defesa das liberdades. Defender o exercício das liberdades pelo PCP é defender as liberdades de todo o povo português, é defender a situação democrática contra os perigos do regresso ao fascismo.

O traço mais característico desta complexa crise do processo revolucionário é centrar-se em torno da crise do poder político, designadamente do MFA e do governo.

Nas últimas semanas, as forças reaccionárias e conservadoras, assim como oportunistas de todos os matizes, tomaram como primeiros e fundamentais objectivos provocar sérias fracturas no MFA, tornar inoperantes os seus órgãos, impedir a formação de um novo governo da esquerda e conduzir à formação de um governo da direita.

Diminuída a base política de apoio de um novo governo pela súbita passagem à oposição do PS e do PPD, depois de terem rompido o Pacto assinado com o MFA, e sendo incerto um firme apoio militar em virtude das contradições existentes nas próprias Forças Armadas, a crise do poder político atingiu extrema gravidade.

Todo o problema do poder político passou a exigir profunda reconsideração.

A constituição do Governo

Uma das causas fundamentais da pouca operatividade dos Governos Provisórios e da chamada crise de autoridade, resultou da *insuficiente coordenação entre o poder do Governo e o poder militar*. O MFA está representado no Governo a partir do 2.º Governo Provisório. Mas nem sempre em casos concretos essa coordenação foi a mais desejável.

Depois da saída do PS e do PPD do Governo, impossibilitada a formação de um Governo de coligação, a constituição de um novo Governo sem representantes de partidos e cuja base de apoio política seria no imediato mais reduzida, colocava com mais agudeza a necessidade de passar a contar com um apoio muito mais efectivo dos órgãos do poder militar.

Uma *melhor clarificação da situação interna no MFA* teria sido desejável antes da formação do novo Governo, como garantia para a sua eficiência.

Entretanto, o prolongamento da crise e do vazio do poder criado pela inexistência dum Governo e pela relativa paralização da máquina do Estado, facilitaram e estimularam a ofensiva da reacção, as manobras divisionistas, as conspirações, os planos de assalto ao poder. A manter-se esse relativo vazio político existia o perigo real de um golpe de força contra-revolucionário.

A constituição do Governo, mesmo antes da melhor clarificação da situação interna no MFA e dos seus apoios militares efectivos, mesmo que com uma composição susceptível de ser melhorada, tornou-se uma absoluta e imediata necessidade.

Como já afirmámos, a nosso ver, a solução econtra não exclui possibilidades de recomposições, reajustamentos e reconsiderações que possam aumentar a eficiência do Governo e de alargar a sua base de apoio social e política.

O problema do poder político

A formação do novo Governo do General Vasco Gonçalves, embora respondendo a uma necessidade

inadiável e constituindo um importante passo para a resolução da crise, não pode só por si resolver todos os seus aspectos.

Fica de pé, tal como antes, o problema geral do poder político no seu conjunto. A crise persistirá e tenderá a agravar-se rapidamente se não são reforçados e se não se tornem verdadeiramente operativas as estruturas de direcção do MFA e o MFA no seu conjunto, como movimento progressista revolucionário.

Um MFA dividido por conflitos internos a caminho de diluição no quadro geral das Forças Armadas, ficaria incapacitado de cumprir a sua tarefa de vanguarda, acabaria por dissolver-se e deixaria campo aberto às forças reaccionárias.

Para uma *vanguarda revolucionária* são perigos reais tanto o enfraquecimento da ligação da vanguarda com as massas, como a dissolução da vanguarda nas massas. A vanguarda revolucionária tem de estar intimamente ligada às massas, contar com o seu apoio activo, aprender com elas, estimular a sua iniciativa e a sua acção criadora. Mas, sob o risco de deixar de ser uma vanguarda, de perder a sua capacidade mobilizadora e dirigente, não pode diluir-se nas massas, perdendo as suas características próprias de organização, de quadros, de direcção. Isto é válido para todas as vanguardas, seja da classe operária, seja militar.

Sob o pretexto do respeito pela vontade das massas, o basismo e o democratismo, a submissão das decisões da vanguarda a votações manipuladas, procuram enfraquecer, desorganizar e finalmente liquidar a vanguarda. Trata-se também de uma situação geral, válida tanto para a vanguarda operária e popular como para a vanguarda militar.

Hoje mais do que nunca, para fazer frente à reacção, para garantir as liberdades, para assegurar uma política de progresso social, *é indispensável a intervenção do MFA como vanguarda e movimento revolucionário progressista e com os seus órgãos de poder*.

Governo e órgãos superiores do MFA têm de ser complementares e cooperantes no poder político. Sem isso não só seria difícil como a curto prazo se tornaria impossível governar.

O imediato e a perspectiva

O reforço do poder passa pela definição e a aplicação de *medidas que respondam aos problemas mais prementes de ordem política, económica, social*, assim como os decorrentes do *processo de descolonização e das relações internacionais*.

Para aplicar uma tal política, o poder precisa de ser forte. Mas uma parte da sua força virá da aplicação de uma tal política.

A política da conjuntura para resolver problemas de carácter imediato e de emergência tem de compreender-se dentro da *grande perspectiva de desenvolvimento do processo revolucionário*.

De forma alguma as medidas de emergência poderiam pôr em causa as nacionalizações, a criação dum grande e dinâmico sector estatal e a reforma agrária.

O PCP insiste em lutar pela instauração de um regime caracterizado pelas mais amplas liberdades (incluindo a liberdade de imprensa e de formação e actividade dos partidos políticos) e por transformações económicas e sociais profundas abrindo caminho para o socialismo. Insiste no esforço para assegurar um curso revolucionário tanto quanto possível pacífico.

É necessário desmascarar insistentemente as deturpações e falsificações da linha do PCP feitas pela propaganda reaccionária e divisionista, que procura desinformar a opinião pública acusando o PCP de querer suprimir as liberdades e instaurar uma ditadura.

Dentro da grande e exaltante perspectiva da Revolução portuguesa, caminhando para o socialismo num regime de amplas liberdades, o poder e as forças revolucionárias no seu conjunto têm diante de si, no imediato, no entender do PCP, algumas tarefas prioritárias inadiáveis. Da sua realização depende em larga medida o próprio prosseguimento do processo revolucionário.

Tarefas políticas prioritárias e urgentes

Na presente situação, colocam-se ante o poder e as forças revolucionárias *três tarefas políticas prioritárias e urgentes*.

A primeira é assegurar com a máxima firmeza o respeito pela ordem democrática e o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos em todo o território nacional.

Ao mesmo tempo que é necessário grande compreensão para com populações que, em alguns casos e por virtude de situações concretas e falta de informação, se deixam enganar pela propaganda reaccionária, impõe-se extrema firmeza para com bandos fascistas responsáveis por assaltos, agressões, pilhagens, incêndios, atentados terroristas e outros actos de violência.

A segunda é reorganizar e sanear devidamente o aparelho do Estado (incluindo os sectores militares e militarizados, os tribunais, o aparelho diplomático, o funcionalismo) de forma a poder, pela sua estrutura, funcionamento e quadros, servir com segurança e fidelidade a revolução portuguesa.

A terceira é a formação de um sistema de poder que garanta centralização das decisões de capital importância, eficiência e capacidade operativa, autoridade e apoio popular.

A execução destas três tarefas prioritárias é, no entender do PCP, indispensável para fazer frente à reacção, para defender a nossa jovem democracia, para pôr fim à grande instabilidade política, para assegurar o prosseguimento do processo revolucionário.

Outras tarefas urgentes

Também no domínio económico, no domínio social, no processo de descolonização e na política externa se colocam ao poder e às forças revolucionárias tarefas inadiáveis dentro das grandes linhas da revolução portuguesa.

No domínio económico cada dia que passe sem medidas urgentes representa o agravamento dos encargos nacionais em 100.000 contos acentuando a degradação da situação económica geral. O problema maior em que se centram os restantes é a redução do déficit global de 50 milhões de contos da economia portuguesa. Torna-se indispensável e urgente a contenção severa de despesas públicas de importância secundária; uma política de austeridade com reduções nos altos consumos; a restrição das importações e aumento de exportações; a segurança dada aos emigrantes para as suas remessas de fundos; a promoção de um novo turismo de massas; o desenvolvimento da batalha da produção; o ataque frontal às dificuldades dos sectores industriais em crise e dos sectores de pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes.

No domínio social é indispensável, dentro de uma política de austeridade e de reivindicações comportáveis para a economia nacional, fazer actualizações acompanhando o aumento do custo de vida e atender preferencialmente os problemas mais urgentes das camadas desfavorecidas.

No processo de descolonização, é indispensável a prossecução corajosa da política que prestigiou Portugal aos olhos do mundo, distinguindo os patriotas angolanos, e

particularmente o MPLA, das forças de intervenção externa e ajudando o povo angolano a alcançar a independência nacional, libertando-se do colonialismo e do neocolonialismo.

Ao mesmo tempo, é necessário contribuir para assegurar em Angola condições que travem o retorno em massa dos portugueses lá residentes e para acolher e ajudar a resolver as dificuldades aos que voltam.

Na política externa, é indispensável insistir numa política de amizade e cooperação com todos os países, na continuação das boas relações com os países capitalistas, designadamente com os do Mercado Comum, na continuação das relações de boa vizinhança com Espanha, no respeito dos compromissos internacionais, na expansão das relações com os países socialistas e com os países do Terceiro Mundo.

Propondo sumariamente algumas linhas gerais da política imediata, o PCP marca a sua posição e desfaz equívocos provocados pela propaganda reaccionária e pelos detractores da linha do Partido.

A invencibilidade do poder revolucionário e o prosseguimento do processo obtém-se, não por uma progressiva radicalização verbal, nem através duma preocupação de aceleração progressiva, mas através da solução eficiente de problemas imediatos e da justa e segura demarcação das tarefas a médio prazo na perspectiva do socialismo. Uma tal orientação pode exigir consolidação de posições antes de novos avanços e mesmo eventualmente recuos em tais ou tais sectores onde se tornem necessários.

Todas as revoluções têm um processo irregular e acidentado. A maleabilidade, a capacidade para reexaminar e rectificar, a coragem autocrítica, a constante preocupação de aferir as decisões pelos seus resultados, a preocupação de execução real e bem sucedida de cada medida adoptada, são condições essenciais duma política verdadeiramente revolucionária.

Por um esforço de unificação

Clarificada a situação militar, os órgãos de poder do MFA e o Governo, apoiados pela acção, iniciativa, cooperação criadora da classe operária e das massas trabalhadoras estão em condições de dar resposta eficiente, pronta e operativa aos grandes problemas imediatos e assegurar o prosseguimento da revolução.

A superação completa da crise exige porém que a atitude revolucionária das Forças Armadas, a acção governativa e a acção popular se desenvolvam, não na cristalização de posições e numa rígida demarcação dos que estão pela Revolução e contra a Revolução, mas na perspectiva de alargamento e reforço de cooperação de todas as correntes políticas e de todas as forças interessadas no processo.

Um dos aspectos característicos da degradação da situação que nos conduziu à situação actual foi a progressiva fragmentação e centrifugação das forças que estavam com o processo revolucionário.

No que respeita ao poder político, verificou-se a criação de um número cada vez maior de centros de decisão a todos os níveis da máquina estatal.

No que respeita ao MFA, são hoje públicas dificuldades internas e uma certa polarização de grupos e personalidades.

No que respeita às forças democráticas, a viragem à direita do PS alterou profundamente o quadro unitário.

Mesmo no movimento popular se manifestam iniciativas divisionistas.

Multiplicam-se grupos e sectores com pretensões hegemónicas a partir da sobrestimação das próprias forças. A pretensão à hegemonia conduz à rigidez de posições, à quebra de espírito de cooperação e de aliança, ao efectivo divisionismo.

Para defender a Revolução e assegurar o seu curso, a noção da responsabilidade perante o povo português tem de sobrepor-se ao sectarismo partidário ou de grupo.

É necessário distinguir entre as forças reaccionárias fascistas e fascizantes, que constituem o inimigo principal e cujo objectivo é a instauração de uma nova ditadura, e as forças hesitantes à cerca do processo revolucionário e do caminho para o socialismo.

Insistindo-se firmemente nas grandes opções da Revolução portuguesa, *urge realizar um grande esforço de unificação de todas as forças interessadas no processo.*

Pela sua parte, o PCP está pronto a examinar em comum a situação e formas de cooperação com todos os que estão com o processo revolucionário e dispostos a cooperar com os comunistas. Sob estas condições básicas, não fazemos quaisquer discriminações.

Espírito de abertura e de atracção

As medidas propostas e as grandes linhas indicadas podem permitir sair da profunda crise surgida no processo revolucionário.

Mas é necessário ter presente que *o adiamento na tomada de medidas essenciais poderia ser fatal para a Revolução.*

A solução de muitos dos problemas colocados terá de ser assegurada ou apontada no essencial no espaço de poucos dias, talvez mesmo menos. A não serem rapidamente diminuídas perigosas tensões, a não se dar uma rápida recuperação da dinâmica revolucionária do MFA e dos seus organismos de direcção, a não se afastarem reaccionários de certos pontos chave, a não se confirmar uma estreita cooperação entre o Governo e o poder militar, persistirá em suspenso a questão central do poder político e a situação pode continuar a degradar-se.

Em tal caso, encaminhar-nos-íamos para violentos confrontos armados.

A conspiração abertamente reaccionária e fascizante apoiada em organizações clandestinas e anunciada por intensa propaganda desenvolve-se com arrogância. A degradação da situação política, social e militar faz surgir o perigo real de uma tentativa de tomada do poder pelas forças reaccionárias que continuam a dispor de lugares de chefia e fortes protecções em todo o aparelho do Estado.

As forças revolucionárias, populares e militares, estão em condições de esmagar exemplarmente qualquer tentativa de um golpe da direita reaccionária. Mas para isso precisam de ter um poder revolucionário actuante e de estar unidas e não mergulhadas em conflitos internos ao nível dos órgãos de decisão.

A degradação da situação nas últimas semanas e tendências golpistas manifestadas em certos sectores criam o perigo, não apenas de um confronto violento com a contra-revolução fascista, mas de um confronto entre sectores que, embora com divergências, concepções e perspectivas diferenciadas, têm estado com o processo revolucionário. Um tal confronto poderia ferir irremediavelmente as próprias liberdades e a própria Revolução. É necessário evitá-lo. Com medidas seguras de defesa do poder revolucionário. E ao mesmo tempo com uma audaciosa e segura política unificadora.

A complexidade da situação torna indispensável o reexame das orientações, experiências, êxitos, insucessos das forças revolucionárias.

Ao mesmo tempo que é necessário combater firmemente as actividades contra-revolucionárias, as acções criminosas dos bandos fascistas, a conspiração e o divisionismo e reforçar as estruturas do poder político, designadamente do MFA e do Governo, é também necessário *um esforço real e imediato em busca de soluções entre as principais forças e sectores interessados no processo revolucionário.*

A consolidação do poder político revolucionário exige, não que o poder se retraia na sua própria couraça, mas que mostre confiante um espírito de abertura e de atracção.

O PCP, vanguarda revolucionária

Não é por acaso que os bandos fascistas e todos os inimigos do processo revolucionário tomam o PCP como alvo fundamental dos seus ataques. A razão reside no facto de que o PCP é a vanguarda revolucionária da classe operária, é o partido dos trabalhadores, é, de todas as forças políticas portuguesas, a mais consequente, firme e dedicada na defesa das conquistas da revolução e no seu prosseguimento. Essas características são particularmente válidas no complexo momento de crise que atravessamos.

O PCP tem representado desde o 25 de Abril e continua a representar um papel insubstituível na Revolução. Nas condições portuguesas, não é possível defender as liberdades, nem levar a cabo uma política antimonopolista e antilatifundista, nem construir um regime democrático a caminho do socialismo, sem a participação activa, construtiva e criadora do PCP, a todos os níveis da actividade nacional, incluindo a governativa.

Confiante na sua força, o PCP não a sobrestima entretanto. Sabe ser necessário à Revolução, mas sabe que outros também o são. Junta os seus esforços aos esforços de todas as forças que estão com o processo revolucionário, a começar pelo MFA. Está pronto a estreitar mais a cooperação com os partidos e organizações progressistas. Está pronto a examinar com todos os que estejam dispostos a cooperar com os comunistas, as possibilidades de acção comum. Está pronto numa situação tão complexa e perigosa como a actual a examinar as soluções possíveis para fazer frente à reacção de direita e encontrar uma plataforma ou plataformas de acção comum de todos os que estão, no essencial, de acordo com o processo revolucionário.

O sectarismo conduz a reservas, desconfianças e recriminações entre forças políticas que poderiam e deveriam cooperar estreitamente. O sectarismo é particularmente nefasto na conjuntura política que vivemos. O PCP combate nas próprias fileiras o espírito de grupo, a estreiteza e rigidez política que em muitos casos se manifestam no trato com outros sectores políticos e no trato com as massas.

O PCP prossegue sem desfalecimentos uma política de unidade nas fábricas, nas empresas, nos portos, nos campos, nos sindicatos, nas Ligas de pequenos e médios agricultores, em todos os locais de trabalho, de estudo, de recreio, nas comissões de moradores, comissões de empresa, comissões de controlo, assembleias populares e outras formas de organização unitária de base. Em toda a parte, os militantes comunistas têm indicação expressa de procurar contactar e estabelecer formas de cooperação com membros de partidos revolucionários, com membros do PS e de outras formações.

A força motora da Revolução portuguesa é a aliança Povo-MFA. A defesa e prosseguimento da Revolução exige, a par da consolidação e da acção revolucionária do MFA, a organização, a acção independente e a iniciativa das massas populares.

Ante as ameaças que pesam sobre as liberdades, ante as ameaças que pesam sobre a revolução, o PCP apela para o entendimento, a cooperação e a unidade de acção de todas as forças progressistas, apela para o reforço da unidade dos trabalhadores e das massas populares e para o fortalecimento da aliança Povo-MFA, condição indispensável para fazer frente ao terrorismo fascista desencadeado, para superar a complexa crise actual, para resolver os ingentes problemas imediatos e assegurar a vitória final da revolução portuguesa.